



MARINHA DO BRASIL
CASA DO MARINHEIRO

TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 63161.000192/2026-79

1. DA CONTRATAÇÃO

No âmbito de sua estrutura organizacional, a Casa do Marinheiro (CMN) possui setor responsável pelo municiamento, ao qual compete a aquisição de gêneros alimentícios e de gás de cozinha, bem como o fornecimento das refeições destinadas à tripulação, composta por militares e servidores civis que laboram nesta Organização Militar. Atualmente, são atendidos aproximadamente 130 comensais diariamente, distribuídos entre os três refeitórios da Casa do Marinheiro: (i) Suboficiais e Sargentos (ii) Cabos e Marinheiros (iii) Oficiais. A oferta regular de refeições adequadas e balanceadas é indispensável para o bem-estar do efetivo e para a manutenção da rotina operacional da Organização Militar.

Diante do exposto, a necessidade da contratação se evidencia da contratação de empresa especializada em fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro de P-190 – botijão 190kg, por Sistema de Registro de Preços (SRP), a fim de atender as demandas da CMN. Ademais, haverá aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), composição básica de propano e butano, altamente tóxico e inflamável, fornecido a granel, caminhão via distribuidor e suas condições deverão estar de acordo com a legislação em vigor (portaria 47, de 24/03/99, da ANP, e, NBR – 14024), através do abastecimento de bateria com 03 (três) reservatórios de aço estacionário com capacidade de 190 Kg (P190), “SOB O SISTEMA DE COMODATO”, os quais serão distribuídos em 01 (uma) central de GLP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, haja vista que o processo será pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio de licitação própria.

2. DA ADOÇÃO DO SRP

O objeto será entregue por empresa contratada devidamente habilitada nos termos da Lei 14.133/2021.

Faz-se necessário a assinatura de uma Ata para Registro de Preços para aquisição de GLP desta OM, tendo em vista a nossa necessidade e a previsão orçamentária, conforme preconizado no art. 3º do Decreto 11.462, de 3 de Março de 2023:

“O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Seguindo o descrito no decreto, ficam justificados os incisos: I, II e V.

3. DA DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP

Justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) concernente a este procedimento licitatório tendo em vista que este órgão é o único contratante, conforme previsto no § 2º do Art. 9º do decreto nº 11.462 de 31 de Março de 2023. A dispensa ora adotada encontra respaldo nos seguintes elementos fáticos, que afastam a conveniência de abertura do procedimento a outros órgãos ou entidades:

3.1. Capacidade de gestão pelo órgão gerenciador: a CMN possui estrutura administrativa suficiente para gerenciar a ata de registro de preços como único contratante, o que afasta o risco de prejuízo à racionalidade do planejamento e à regularidade da execução contratual; e

3.2. Ausência de impacto relevante sobre economia de escala: dado o volume de consumo estimado e as características do mercado local de distribuição de GLP, a eventual participação de outros órgãos não geraria ganhos de escala significativos que justificassem os custos de coordenação inerentes à gestão compartilhada da ata;

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

NEIRES MARIA TABOSA SANTOS

Suboficial (RM1-CL)

Membro da Equipe de Planejamento da
Contratação

ASSINADO DIGITALMENTE

BRUNO MENDONÇA DE SANTANA

Primeiro-Sargento (PL)

Membro da Equipe de Planejamento da
Contratação

ASSINADO DIGITALMENTE

Autorizo:

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

MANOEL ANTONIO DA CRUZ

Capitão de Mar e Guerra (T)

Ordenador de Despesas

ASSINADO DIGITALMENTE